

OLHARES VIVOS EM OLHOS DE VIDRO: A VIGILÂNCIA POR MEIO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO NO BAIRRO DE BOTAFOGO

LIVING GAZES IN GLASS EYES: SURVEILLANCE THROUGH MONITORING CAMERAS AT THE NEIGHBOURHOOD OF BOTAFOGO

*Laura Talho Ribeiro*¹

Resumo

A introdução de aparatos tecnológicos na vida rotineira tornou-se algo trivial, e muitas vezes desejado pela população que os entende como uma resposta salvadora para os distúrbios sociais, e principalmente como uma solução para se conter o crime nas cidades. A participação da sociedade civil, que busca se engajar cada vez mais no processo de tomar para si certas questões da vida pública, é um fenômeno importante que deve ser analisado e compreendido, principalmente diante do objeto a ser analisado por este trabalho: a participação popular no investimento para a instalação de câmeras de monitoramento na redução de índices criminais, bem como as dinâmicas de poder que operam a partir da introdução das câmeras como dispositivo de segurança, impondo contextos diferenciados de visibilidade social. Através de minha participação em uma série de encontros da Associação de Moradores do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2016, pude entender o funcionamento do projeto, bem como a que ele se propõe, e é a partir da observação realizada durante o trabalho de campo que o presente trabalho ganhou forma, conjuntamente à análise propiciada pela teoria sociológica.

Palavras-chave: cidades; tecnologia; segurança; criminalidade; câmeras de vigilância

Abstract

The introduction of technological apparatus into routine life has become trivial, and often desired by the population who understands them as a rescuing response to social unrest, and especially as a solution to contain crime in cities. The participation of civil society, which seeks to engage more and more in the process of taking certain issues of public life to itself, is an important phenomenon that must be analyzed and understood, especially in view of the object to be analyzed by this work: the popular participation in the investment for the installation of monitoring cameras in the reduction of criminal indices, as well as the power dynamics that operate from the introduction of the cameras as a security device, imposing differentiated contexts of social visibility. Through my participation in a series of meetings of the “Associação de Moradores de Botafogo”, in Rio de Janeiro, in the first half of 2016, I was able to understand the operation of the project, as well as the one that

¹ Mestranda em Segurança Pública e Administração Institucional de Conflitos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF. Integrante do grupo de pesquisa “Cidades Inteligentes” no Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS). E-mail: lauratalho@gmail.com

it proposes, and it is from the observation performed during the field work that the present research took shape, together with the analysis provided by the sociological theory.

Keywords: cities; technology; security; criminality, surveillance cameras

Introdução

As capas de revistas e jornais impressos estampam notícias de violência, assaltos e mortes nas grandes cidades do Brasil; os boletins diários na televisão também retratam imagens do que nos pode parecer ser a escalada em ordem crescente de uma onda de criminalidade e insegurança na vida urbana cotidiana.

Os governos criam políticas públicas para darem conta dos problemas relacionados à segurança pública, e as pessoas buscam, por si mesmas, formas de conter seus medos e de proteger a si mesmas e à suas famílias e propriedades.

Diante do fato de que os entes públicos muitas vezes parecem ser ineficientes em dar respostas às necessidades de seus cidadãos, propostas acabam sendo encampadas pela própria sociedade civil, seja através de manifestações populares, de debates em redes sociais ou até mesmo através da utilização de recursos privados.

No início de 2016, quando ainda moradora da cidade do Rio de Janeiro, fiquei sabendo que a Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB) vinha propondo a instalação de câmeras de monitoramento nas ruas do bairro, como uma tentativa de diminuição da criminalidade que vinha crescendo na área e amedrontando a seus moradores e comerciantes, como exposto por sua presidenta em uma “Carta Aberta”² direcionada ao governador e ao prefeito, na qual exigia uma ação conjunta das autoridades em prol da segurança do bairro:

² A ideia da “Carta Aberta” surgiu na reunião de 03.11.2015, na qual a principal preocupação foi acerca da insegurança que os moradores vêm sentindo a partir de alguns casos que se tornaram públicos e de comoção municipal, como o do jovem Alex Schomaker, que reagiu a um assalto quando foi abordado por dois homens na saída do Campus da Praia Vermelha, da UFRJ. (Vide: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/jovem-morre-apos-tentativa-de-assalto-na-saida-da-ufrj.html>). A Carta foi apresentada na reunião do dia 17.11.2015, e alterada com a inclusão de sugestões dos moradores. O “manifesto” gerou uma resposta da então delegada titular da 10ª Delegacia Policial, sediada em Botafogo, Bárbara Lomba, que compareceu à reunião da AMAB no dia 21.06.2016, para esclarecer alguns dos casos referidos na Carta, e mostrar que algumas providências foram tomadas para a resolução dos mesmos, conforme ata disponibilizada no sítio eletrônico da AMAB: < <http://www.amabotafogo.org.br/> > Acesso em 10.01.2017

Um breve histórico de acontecimentos recentes comprovam, exatamente, o que afirmamos: Professora assassinada na Rua Alzira Cortes; professora assaltada na Rua Eduardo Guinle, técnico de futebol Zagalo assaltado na Rua Ministro Raul Fernandes, moradora baleada na porta do banco na Rua São Clemente, moradora baleada na Praça Nelson Mandela; estudante Alex Schomaker morto na Rua General Severiano; morador assaltado na porta do banco na Praia de Botafogo; carro do morador roubado na Rua Martins Ferreira; comerciante assaltado na Rua Professor Alfredo Gomes; Shopping Casa & Gourmet assaltado duas vezes nesse semestre; morador assaltado na porta do prédio na Rua Clarisse Índio do Brasil; Subway assaltado três vezes na Rua Farani; aluna do Colégio Santo Inácio esfaqueada na Rua Dona Mariana, arrastão em toda a extensão das ruas Voluntários da Pátria e São Clemente; roubos “diários” aos alunos dos colégios da região; além de roubos “diários” nas Lojas Americanas das ruas São Clemente, Voluntários da Pátria e da Passagem. A tudo isso se soma uma parte da população de rua que drogada ataca e aterroriza, diariamente, os moradores em diversos pontos do nosso bairro.

Os alunos das diversas escolas e das faculdades de Botafogo e entorno, aqueles que aqui vivem, trabalham ou vêm em busca dos serviços e opções de lazer, correm igual perigo, com os índices de violência alcançando esses níveis inacreditáveis. (p. 1, Disponível em: <<http://www.amabotafogo.org.br/pdfs/carta-governador-amab.pdf> > Acesso em 22.11.2016)

O projeto, denominado “Bairro mais Seguro”, havia sido proposto por um dos moradores do bairro, que dizia estar preocupado com a crescente taxa de furtos a pedestres e de roubos de veículos, e a falta de efetivo policial para lidar com a situação. A própria presidenta alegou que o batalhão da Polícia Militar instalado no bairro, chegou a contar, no passado, com 1200 (mil e duzentos) policiais, enquanto no momento existiam apenas 300 (trezentos) homens, servindo a 8 (oito) bairros da região. Assim, segundo seu proponente, as câmeras poderiam substituir a falta de servidores estatais de segurança, servindo como “olhos” na vigilância dos distúrbios do cotidiano, ao que chamei de “olhos de vidro”, pelo material de suas lentes.

A introdução de aparatos tecnológicos na vida rotineira tornou-se algo trivial, e muitas vezes desejado pela população que os entende como uma resposta salvadora para os distúrbios sociais, e principalmente como uma solução para se conter o crime nas cidades. A participação da sociedade civil, que busca se engajar cada vez mais no processo de tomar para si certas questões da vida pública, é um fenômeno importante que deve ser analisado e compreendido principalmente diante do objeto a ser analisado por este trabalho: a participação popular no investimento para a instalação de câmeras de monitoramento na redução de índices criminais, bem como as dinâmicas de poder que operam a partir da introdução das câmeras como dispositivo de segurança, impondo contextos diferenciados de visibilidade social.

AMAB e o Projeto “Bairro mais Seguro”

Assim, no dia 19 de abril de 2016 me dirigi ao Colégio Santo Inácio, sede provisória da AMAB, para um de seus encontros quinzenais, e esperei do lado de fora da sala emprestada que a reunião começasse, com receio de não ser bem recebida, visto que eu não era moradora do bairro, e que o propósito de estudar a iniciativa do investimento privado em câmeras para a visualização do espaço público poderia não ser bem recebido.

Então, quando entrei na sala, que era desproporcionalmente ampla, tendo em vista que havia em torno de doze pessoas no recinto, me sentei em uma das cadeiras que formavam um círculo, e fui saudada com um “boa noite” pela maior parte das pessoas que lá se encontravam. A presidenta, disposta no meio da roda e em pé, já dirigia a todos suas preocupações, e também me cumprimentou com um sorriso.

Para minha feliz surpresa, após as aberturas iniciais, ela começou falando sobre o Projeto Bairro mais Seguro. Disse que, apesar de ter sido acordado que neste dia o idealizador do projeto falaria mais sobre as propostas e sobre suas questões técnicas e financeiras, em função da agenda deste haveria a necessidade de transferir a apresentação para a próxima reunião. Porém, após a insistência dos presentes, o coordenador César Filho foi chamado a dar algumas explicações iniciais sobre o assunto.

César explicou que o projeto havia sido proposto por André Cardoso, que, conforme pude pesquisar mais tarde, é engenheiro de telecomunicações e possui experiência técnica em projetos de instalação de câmeras para uso do poder público e inclusive foi assessor de tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro de 2003 a 2005, ajudando na implantação de câmeras do projeto piloto de segurança em Copacabana e Ipanema, bem como do videomonitoramento de 22 (vinte e dois) batalhões da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e do Centro de Comando e Controle da SSP/RJ (hoje conhecido como CICC).³

Segundo o coordenador, foram mapeados 127 pontos do bairro onde seriam necessários à instalação das câmeras, por suas posições estratégicas.⁴ A intenção seria a

³ Informações obtidas pelo LinkedIn, em: < <https://www.linkedin.com/in/andr%C3%A9-cardoso-8090a428> > Acesso em 22.11.2016

⁴ Os pontos necessários para a instalação das câmeras foram escolhidos após reuniões com a Associação de Moradores de Botafogo, o Conselho Comunitário de Segurança, o comandante do 2º Batalhão da PM, a Secretaria de Ordem Pública e a Guarda Municipal, conforme entrevista de André Cardoso concedida para o “Bom dia Rio” em 18 de abril de 2016. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/4963585/> > acesso em 10.01.2017

de monitorar todas as ruas do bairro, pedindo aos condomínios (edifícios residenciais, comerciais, escolas) que cedessem uma de suas câmeras (caso já tivessem câmeras com boa visualização) ou que comprassem uma câmera com dimensões específicas, e que a direcionasse para a rua. O condomínio também deveria ter acesso à internet, para que pudesse fazer a transmissão das imagens em tempo real para a plataforma online do projeto.

A negociação com os condomínios para a instalação das câmeras e o custeio particular de cada uma delas, envolvia um processo lento e gradual, que nas palavras de Regina Chiaradia, a presidenta da AMAB, era a “parte mais trabalhosa do projeto”⁵. Regina, desde esta primeira reunião que compareci, se mostrou uma mulher enérgica e com disposição para levar adiante as proposições da Associação, e disse que percorreria todos os 127 locais do bairro que foram escolhidos para sediarem as câmeras e que conversaria com os responsáveis para convencê-los da importância do projeto, e de aceitarem a instalação dos dispositivos de imagem; e caso houvesse alguma negativa, imediatamente tentaria convencer o imóvel ao lado, que apesar de não ser o ponto estratégico ideal como mapeado, poderia viabilizar a existência do programa.

A presidente fazia questão de acrescentar, em tom humorístico, que nada entendia sobre as questões tecnológicas que envolviam as câmeras, a transmissão de imagens e o armazenamento de dados, e que assim como necessitava da ajuda de André ou de César para responder as perguntas durante as reuniões, também fazia questão da presença de um destes na visita aos condomínios.

André, em reunião do dia 17 de maio, informou que instalaria em no máximo 30 dias, seis de suas câmeras particulares na Praia de Botafogo (Edifício Argentina, FGV e Botafogo Praia Shopping), como estratégia “para que os síndicos e moradores como um todo possam conhecer, efetivamente, como funcionará o projeto e, mais esclarecidos, poderem optar pela instalação das demais câmeras do bairro”⁶.

André contou ainda que as imagens ficariam armazenadas em nuvem, e poderiam ser acessadas quando necessário por algumas entidades públicas, como a Secretaria de Segurança Pública, os batalhões, o Ministério Público e os *smartphones* dos comandantes. Os presidentes das Associações de Moradores também poderiam manifestar seu interesse no acesso das imagens, e na opinião de César Filho, seu

⁵ Retirada da ata de reunião do dia 05.04.2016, disponível no sítio eletrônico da AMAB: < <http://www.amabotafogo.org.br/> > acesso em 10.01.2017

⁶ Retirada da ata de reunião do dia 17.05.2016, disponível no sítio eletrônico da AMAB: <http://www.amabotafogo.org.br/> > acesso em 10.01.2017

coordenador, essa possibilidade era essencialmente importante, “para o poder estar na mão da sociedade civil organizada”.⁷

O projeto então seria todo financiado pelos moradores ou comerciantes do bairro, sem contar com a participação financeira do Estado, que no entendimento da presidenta da AMAB, seria a única maneira de manter o projeto ao longo dos anos:

Eu não quero nada ligado ao poder público. Eu já vi projetos maravilhosos como esse, um ano depois o comandante saiu e acabou o projeto, um ano depois acabou a verba, ou roubaram a verba que tinha, o cara perdeu o interesse político acabou o projeto. Sabe, projetos que estavam indo super bem, mas que vão em função de quem está no poder. Então esse projeto vai ser nosso. Muda o comandante, esse projeto é nosso, a câmera é nossa, ele só tem que monitorar porque é proibido monitorar rua. Por que que a gente tem que ter uma autorização da Secretaria de Segurança Pública? Porque o condomínio não pode monitorar rua, o condomínio só pode virar a câmera para sua portaria, mas no momento que eu assino um convênio com a Secretaria de Segurança Pública, e digo: “olha, eu estou captando as imagens, mas não para eu ver, é para você ver”. Então eu já vou conseguir assinar um projeto com a Prefeitura, a Guarda Municipal já aceitou receber nossas imagens. O secretário Beltrame gostou muito, falou que apoiava, mas assinar mesmo o convênio...⁸

Segundo a página do projeto no *Facebook*, este foi apresentado em 16 de março de 2016 para algumas autoridades estatais, dentre eles o Chefe da Casa Civil; o Secretário de Segurança Pública à época, José Mariano Beltrame; o Secretário de Governo; o Chefe do Estado Maior da PMER; a Delegada da 10^a Delegacia Policial, Barbara Lomba; o Subprefeito da Zona Sul, Bruno Ramos.

Infelizmente não consegui mais acompanhar as reuniões no segundo semestre de 2016, em função de atividades pessoais e acadêmicas que coincidiam com as datas dos encontros, mas também percebi que o assunto ia perdendo força com as reuniões, e que novas questões iam aparecendo. Compreendi que um tema era debatido ao longo de 3 ou 4 meses, mas que logo era substituído por outro, como o caso do barulho excessivo dos bares da movimentada região do “Baixo Botafogo”, ou mesmo da diminuição das linhas de ônibus que abastecem a região. Assim, como pude constatar pelas atas das reuniões, o projeto “Bairro mais Seguro” teve suas discussões encerradas em sede da Associação em julho de 2016, e não tenho notícias de como está sua efetiva implementação, que me parece ter sido adiada ainda mais em função da troca na administração municipal e da mudança na chefia da Secretaria de Segurança Público do Estado, em outubro de 2016.

⁷ Reunião do dia 19.04.2016. A reunião foi gravada e transcrita por mim.

⁸ É necessária a assinatura do convênio entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o IMETRO (empresa responsável pela criação e implementação do projeto) para a implantação do “Bairro mais Seguro”.

“Vigilância cotidiana”: visibilidade e segurança para quem?

O projeto no bairro de Botafogo, ainda que caminhe a passos lentos em sede da Associação de Moradores, suscita questões importantes que precisam ser detalhadas, principalmente pelo tema que buscamos discutir.

Este projeto conta com um viés voltado para a diminuição da criminalidade do bairro, embora tenha sido lembrado por um dos moradores que as imagens serão transmitidas para o Centro de Operações Rio (COR),⁹ ajudando na prevenção de outras perturbações cotidianas. Novamente na “Carta Aberta” dirigida às autoridades, a presidente da AMAB deixa clara as preocupações dos cidadãos, e diz que os entes municipal e estadual devem trabalhar conjuntamente para oferecer à população aquilo que se entende por “segurança”:

(...) segurança se constitui por elos de uma longa corrente que inclui desde o atendimento às necessidades de saúde e educação da nossa população, até cuidados - quase primários - que deveriam ser rotina nos bairros, como a poda das árvores, iluminação pública eficiente e limpeza e manutenção dos logradouros públicos como nossas praças, que devem ser locais de lazer e encontro dos cidadãos e não pontos conhecidos por assaltos, mortes e uso e tráfico de drogas. (p. 2. Disponível em: < <http://www.amabotafogo.org.br/pdfs/carta-governador-amab.pdf> > Acesso em 22.11.2016)

O projeto, contudo, tem como objetivo auxiliar na contenção de “suspeitos”, ou de “quem possua alguma atitude suspeita”. Como foi dito em uma das reuniões que participei, o cidadão poderia acionar o batalhão e relatar qualquer atitude que causasse desconfiança, que seria então visualizado pelas câmeras em tempo real. Porém, devemos nos lembrar que o olhar está sempre sujeito a construções anteriores, e que a interpretação não é universal, mas sim construída pelo mundo social: “as operações do olho não são apenas biológicas e formais, mas também culturais e psicológicas” (KENNEDY, 2000, p. 8 apud KOSKELA, 2010, p. 179).

⁹ O COR é um Centro de Operações criado em 2010 pela Prefeitura do Rio de Janeiro que reúne “(...) 30 órgãos (secretarias municipais, estaduais e concessionárias de serviços públicos) com o objetivo de monitorar e otimizar o funcionamento da cidade no dia a dia e, em especial, em grandes eventos (...)”, durante 24 horas por dia, sete dias por semana, conforme disposto no site institucional: < https://www.facebook.com/pg/operacoesrio/about/?ref=page_internal > acesso em 04.06.2017

Logo, é para isso que as críticas à vigilância e à essa cultura do controle nos tem indicado: a criação de *sujeitos criminosos possíveis*, e a necessidade de nos adequarmos e adequarmos nossas condutas às mais próximas daquelas aceitas socialmente, sob risco de sermos rotulados como “outsiders” (BECKER, 2008), e até mesmo de sermos investigados. É a indicação de que o olhar produz saberes, e produz certa narrativa sobre nossas ações e nosso modo de ser:

(...) os ‘olhos’ disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida (HARAWAY, 1995, p. 22 apud CASTRO, 2013, p. 8)

“O poder opera por novas moralidades”, colocou Koskela (2010, p. 179), e para isso devemos nos atentar, de forma a perceber como estamos operando a experiência do medo e da exclusão na vida urbana, que se manifesta de diversas formas.

Na “Carta Aberta”, a presidenta ainda salientou a apreensão com a população em situação de rua, descrevendo-a como causadora de “perigos” e “males sociais”: “A tudo isso se soma uma parte da população de rua que drogada ataca e aterroriza, diariamente, os moradores em diversos pontos do nosso bairro” (p. 1). A *preocupação* com os “moradores de rua” é notória e frequente em grande parte das reuniões da AMAB, como pude perceber em minhas idas aos encontros e pelas atas disponibilizadas. Ocorre que esta *preocupação* é não com políticas públicas de garantia de direitos para essa população, e sim com uma forma de eliminá-los de seu bairro, de garantir que não serão uma presença “feia” e ameaçadora.

Como próximo ponto, foi levantada a questão da enorme quantidade de população de rua em nosso bairro. Regina disse temer pela integridade física dessa população em função das Olimpíadas e a higienização social que a cidade irá sofrer. **Muitos presentes disseram que não se importam, apenas querem que desapareçam com eles.** Regina explicou que isso não vai resolver nada. Que enquanto o Poder Público não tiver um projeto de Governo onde esta questão seja levada à sério, vamos continuar enxugando gelo. Disse ainda, que quando começar o programa eleitoral na TV, vai novamente aparecer uma enorme quantidade de candidatos a vereador dizendo que vai tirar todos das ruas.¹⁰ (grifos meus)

Regina, como aparece no trecho acima, demonstra que candidatos políticos também têm uma *preocupação* com a população de rua: agradar os “cidadãos” de

¹⁰ Retirada da ata de reunião do dia 05.07.2016, disponível no sítio eletrônico da AMAB: <http://www.amabotafogo.org.br/> > acesso em 10.01.2017

Botafogo ao prometer a retirada desta do bairro. Aqui, mais um contraponto: novamente, somente os moradores “regulares” do bairro são vistos como cidadãos, com capacidade para elegerem seus representantes políticos e terem suas demandas atendidas. Se falar em visibilidade para os favelados já é algo difícil em relação ao atendimento de direitos, ou seja, são invisíveis enquanto *cidadãos*, a população de rua é a grande receptora da invisibilidade, sendo invisíveis enquanto *seres humanos*.

Taniele Rui, em pesquisa etnográfica com a população de rua que consome crack em Campinas e São Paulo, também demonstra uma visão de “coisificação” destes usuários pelos então “cidadãos”, ou seja, a perda da capacidade de serem vistos enquanto “humanos”:

(...) ainda é preciso considerar o fato não menos verdadeiro de que as pessoas também podem ser tratadas como coisas. Nas palavras de Silva (2004, p. 36), ‘sermos pessoas implica sempre a possibilidade de sermos ignorados, esquecidos, esmagados, abandonados, postos de parte, maltratados, destruídos, como se fôssemos ninguém. O risco de nos tornarmos uma coisa está sempre presente’. Nada mais descritivo da realidade dos usuários de crack (...) (2012, p. 34)

Essa generalização é preocupante, e nos torna intolerantes com as desigualdades sociais, nessa configuração em que se confundem perigos e preconceitos. As câmeras passam a ser um dispositivo material essencial na vida do cidadão da grande cidade: presente para vigiar o interior desses prédios nos quais convivem famílias diferentes, e de acordo com a proposta do projeto, também o exterior, voltadas para a rua. A vida passa a ser constantemente monitorada por aqueles que podem arcar com seus custos, numa tentativa de vigiar-se sempre o “outro”. O medo do que lhe é estranho, da convivência e da interação social, são fatores que geram exclusão e intolerância, definindo grupos e indivíduos “perigosos”, como apontam Rafael Castro e Rosa Maria Pedro (2010, pp. 36-37):

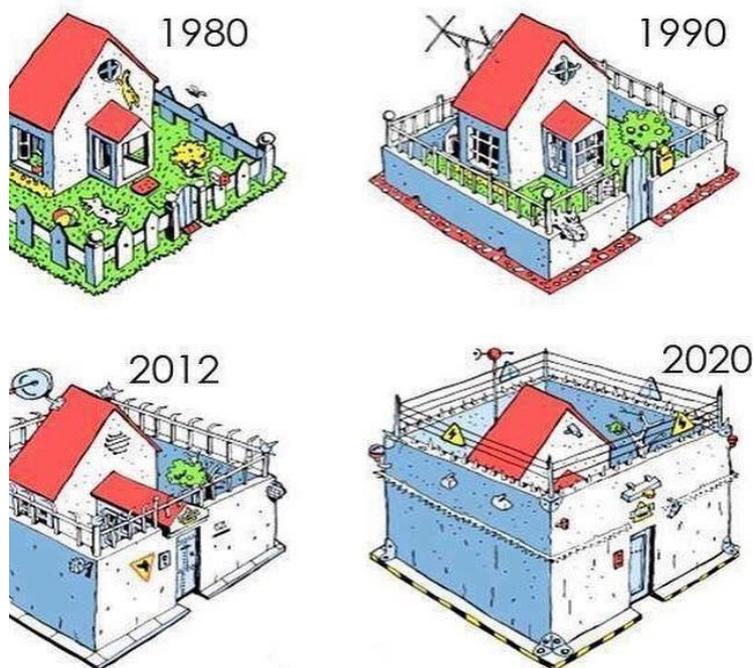
Nesse cenário que articula medo e controle, espaço não vigiado se tornou espaço do desconhecido, do ilícito e, principalmente, local de violência. (...) A exclusão, portanto, deixa de ser um fenômeno reservado aos de classe mais baixas para atingir aqueles que se “guetificam”, enclausuram-se em espaços destinados para tal. Constituem-se, a partir daí, as comunidades monitoradas não só por câmeras e seguranças, mas também autovigiadas, frutos dessa demanda específica e disponível para aqueles que podem pagar. Sendo assim, pode-se afirmar que uma espécie de modulação de práticas e ações cotidianas também é produzida e/ou intensificada como efeito de um espaço urbano intensamente vigiado. Na medida em que se define algo como “normal”, estabelecem-se categorias de exclusão dos desviantes, produz-se certa homogeneização, e a cidade se vê esvaziada de seu sentido de arena para celebração das diferenças (Pedro, 2005).

A problemática do enclausuramento da população que “pode pagar” para garantir que os indesejados acessem suas “ilhas de segurança” também é lembrada pela presidente, que diz não desejar construir mais muros e grades, cobrando dos governos maior participação no atendimento à garantia de defesa de seus cidadãos.

Não queremos aumentar os muros e ampliar as grades. Muros e grades não nos defendem, demonstram, apenas, o nosso medo e ocultam a falência da gestão pública de uma cidade que transformou seus cidadãos em reféns da violência e da inoperância. Grades e muros nos humilham e envergonham. Não envergonham aos senhores também? (p. 3)

Também na página do “Projeto Bairro mais Seguro” no *Facebook*, há um chamado que apela aos cidadãos para terem consciência na importância da participação da sociedade civil em se unir em torno da questão e ajudar no financiamento e na manutenção de programas que visam a melhoria da segurança:

Sem investimento em Segurança Pública estamos fadados a gastar eternamente com a ilusão da segurança privada. Quando a sociedade civil perceber que pode e deve investir em Segurança Pública apoiando as polícias em seu trabalho diário teremos iniciado a mudança permanente do cenário da sensação de insegurança com estratégia e planejamento um dia chegaremos nesse ponto de consciência. (Texto que é colocado abaixo da figura, publicada em 27.09.2016)



Estamos diante do que diversos autores que se dedicam ao tema das tecnologias de segurança no mundo, chamam de “cotidianidade da vigilância” (HAGGERTY, ERICKSON, 2000; LYON, 2001; KOSKELA, 2010), que implica em um rastreamento

incessante das atividades dos cidadãos por dispositivos cada vez mais sofisticados, mas também ao acesso que os próprios indivíduos passaram a ter à essa vigilância, controlando intensivamente as condutas dos demais. Somos chamados então, repetidamente, a assumirmos nosso papel de cidadãos responsáveis pelo controle e pela prevenção de crimes (JACOBS, 2011; PEDRO et al. 2011).

Assim, novas formas de controle são criadas para se tentar atender à “obsessão pela segurança” (BAUMAN, 2006, p. 130) na sociedade contemporânea, e com elas, os indivíduos são chamados à participação: “as pessoas usam de forma crescente ‘estratégias de monitoramento como meio de se responsabilizar pela sua própria segurança’” (ANDREJEVIC, 2007, p. 218 apud KOSKELA, 2010, p. 178).

Buscamos então levantar a seguinte hipótese: será que as câmeras dispostas em certos locais não criam apenas “ilhas de segurança”? Em um bairro, como Botafogo, que divide seu espaço com uma favela conhecida nacionalmente, o Santa Marta, como podemos identificar os processos de integração (ou de exclusão) que são permeados pela introdução destes dispositivos tecnológicos?

Lembrando da experiência narrada por Nelson Arteaga Botello na cidade de Huixquilucan, no México, que introduziu em 2004 um sistema de CFTV em toda a cidade, Fernanda Bruno, na introdução do livro “Vigilância e Visibilidade” aponta que:

Arteaga ressalta como a orquestração de tais sistemas vem delimitando uma “fronteira segura” que visa proteger as zonas residenciais de grupos sociais considerados violentos ou perigosos. Podemos dizer que as câmeras de vigilância demarcam uma fronteira entre um interior seguro e um exterior ameaçador, atuando como dispositivo de controle social e como demarcação visual e psicológica de limites pré-estabelecidos. (2010, p. 9)

No caso da cidade mexicana, as autoridades públicas e a agência privada de segurança responsável pela instalação do programa de CFTV, chegaram à conclusão que a insegurança no município era causada por grupos externos que vinham atuar na cidade, a partir de supostos atos ilegais encomendados, então seria importante a desenvolvimento de uma política de “proteção de fronteiras”, já que o perigo estaria em municípios vizinhos.

Contudo, o autor analisa que 85% das câmeras estão dispostas nas áreas residenciais, com a manifesta intenção de proteger essas habitações. Além disso, junto a esses dispositivos, se somam os sistemas internos de vigilância privada das próprias residências, de complexos comerciais, educacionais, bancos, e outros locais pela cidade, além de serviços de guarda-costas e alarmes, que “juntos, esses mecanismos formam uma

defesa que regula a violência pela própria violência” (Cuadra, 2003 apud Botello, 2010, p. 26).

Os discursos para a implementação desses dispositivos, em vários locais do mundo, sejam em cidades mexicanas ou brasileiras, como vemos, associam insegurança ao elemento de vem “de fora”, que é exterior àquilo que se busca proteger, reproduzindo a lógica da exclusão social e da viabilidade do controle a partir de uma violência imposta – a justificativa de táticas militares, de invasão da privacidade, e de outras formas de controle em nome da “segurança”.

Botello relata também que as autoridades buscaram realizar palestras para a população para explicar a importância e a necessidade do projeto na cidade, mas que, a depender do grupo que seria recebido no auditório preparado para a apresentação, o discurso adquiria atributos específicos, mostrando suas duas implicações mais importantes: ser um mecanismo de controle e um modo de proteger a população, com a ênfase em um ou outro a ser definida pelas características do público presente.

Sendo composto por jovens, buscava-se mostrar a necessidade de terem cuidado para não cometerem atos irregulares ou ilegais, pois as câmeras estariam observando, e ao serem visualizados, os policiais mais próximos os apreenderiam. Já quando o público era formado por vizinhos ou administradores da zona residencial, se enfatizava os benefícios na área de segurança pública e bem-estar da comunidade, já que o sistema poderia identificar problemas na gestão de serviços públicos, como vazamento de água, tráfego urbano e detecção de acidentes.

Mais uma vez percebemos que, a depender do público que é destinatário da política pública, o discurso político é influenciado, e a visibilidade é recebida no grau de sua “importância” na pirâmide social:

Isso sugere um processo que ocorre regularmente com esse tipo de tecnologia de vigilância e que pode ser visto no trabalho de Norris, Moran e Armstrong’s (1998): as tecnologias de vigilância têm, em muitos casos, um papel importante na reprodução e na industrialização de certa lógica de exclusão social. Essa lógica sinaliza quais grupos sociais específicos são considerados propensos a serem vistos como fatores de risco – em uma palavra, violentos –, mas não menos pelas vantagens que estão concentradas em um grupo social específico que se beneficia por estarem protegidos pelas câmeras de vídeo – tráfego e detecção de deficiências nos serviços públicos (Henman, 2004). Do mesmo modo, poder-se-ia dizer que esta tecnologia reforça as diferenças existentes e também cria outras. (BOTELLO, 2010, p. 30)

Considerações Finais

Na sociedade contemporânea, em que os riscos sociais são tratados como algo que deve ser constantemente analisado e calculado na busca incessante de ser controlado, a segurança tornou-se uma obsessão generalizada, que não deve ser apenas tomada como responsabilidade estatal, mas de todos.

Em prol dessa proteção que se busca, aparatos humanos são mobilizados e velhas e novas estratégias de reordenamento do espaço público são postas em prática, seja com a construção de muros e cercas, ou a instalação de redes de vigilância, como as câmeras de monitoramento: “ (...) Em nome da segurança, toda uma gestão do espaço social é produzida, num complexo processo de vigilância e i-mobilização da vida urbana”. (HAESBAERT, 2014, p. 232)

Procurou-se demonstrar aqui que, as dinâmicas engendradas pela introdução de câmeras de monitoramento nos espaços públicos merece ser melhor detalhada e explorada, pois, ainda que constantemente vejamos difundido nos discursos governamentais e empresariais o potencial que estas câmeras podem oferecer, devemos ter consciência que a garantia da segurança não é oferecida à todas as parcelas da sociedade, e que estes dispositivos tecnológicos podem muitas vezes reforçar as diferenças existentes entre os espaços tidos como “seguros” daqueles classificados como “de risco”, bem como marcar os “de fora” como possíveis ameaças à normalidade local. Tais aparatos não estão imunes às interpretações do olhar, que vêm carregadas pela construção social de seu operador.

O projeto que se buscou analisar, embora tivesse alcançado algumas fases importantes em direção à sua concretização, não chegou a se efetivar, portanto, ainda que não fosse esta a intenção do presente trabalho, as questões que foram propostas pela pesquisa não chegaram a ser resolvidas em definitivo, mas apenas analisadas de maneira crítica e reflexiva, unicamente com a intenção de se produzir e incentivar novos debates e estudos sobre o tema.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zigmund. **Medo líquido**. Cambridge: Polity Press, 2006

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2ª Edição, 2011, 2ª Reimpressão, 2016. 384 p.

_____. "Momento cosmopolita" da sociedade de risco. **Revista ComCiência Campinas**, n.º. 104, 2008. Disponível em: <
<http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n104/a09n104.pdf> >

BECKER, Howard S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta, FIRMINO, Rodrigo (org). **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Editora Sulina: Porto Alegre, 2010, 296 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.º 47, março 1997, p. 155-176

CARDOSO, Bruno. **Todos os olhos: Videovigilância, voyeurismos e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Faperj, 2014. 324 p.

CASTRO, Rafael Barreto de. Dispositivos de Segurança: Performances de governo articuladas às câmeras de vídeo. Rio de Janeiro, 2013, 234 p. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade do Federal do Rio de Janeiro, 2013

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013

_____. **Segurança, Território, População**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008, 1ª Reimpressão, 2014. 440 p.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite – Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 319 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 3ª Edição, 2011. 510 p.

KANASHIRO, Marta. Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. Campinas, 2006, 124 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006

KOSKELA, Hille. Assita à fronteira 24/7 do seu sofá: o Programa de observação virtual da fronteira do Texas e a política do informante. In: BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta, FIRMINO, Rodrigo (org). **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Editora Sulina: Porto Alegre, 2010, 296 p.

LYON, David. 11 de Setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta, FIRMINO, Rodrigo (org). **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Editora Sulina: Porto Alegre, 2010, 296 p.

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25 (2017), pp. 1-296.

PEDRO, Rosa; RHEINGANTZ, P. A.; CASTRO, R.B.; ROCHA, I.S. Cartografando redes de vigilância e segurança no Rio de Janeiro – primeiras anotações. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), Volume 1; Número da página inicial 1; Número da página final 15; Recife, Brasil, 2011

RUI, Taniele. “Isso não é um cachimbo”: sobre usuários de crack, seus artefatos e suas relações. **Áskesis - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar**, vol. 1, nº 1, jan/jul – 2012. p. 32-45